

MUDANÇA E INOVAÇÃO NAS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES

Marta M. de Andrade Lima
Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE

O presente texto apresenta uma síntese da pesquisa realizada durante o Mestrado em Educação na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, concluído em 2002, com a dissertação intitulada: *O ensino de história e as histórias do ensinar: currículo e prática pedagógica nas representações dos professores.*

O estudo teve por objetivo compreender as mudanças e as conservações no ensino de História nas escolas públicas estaduais de Pernambuco, nos últimos 10 anos do século XX, por meio da análise de como os professores se posicionam diante da docência, da disciplina que lecionam e da proposta pedagógica que os orienta, no contexto das mudanças e, mais ainda, das exigências que lhes são dirigidas, neste conturbado fim de século.

Nos últimos vinte anos as transformações sociais e econômicas e, o avanço das novas tecnologias encurtando distâncias e mostrando a diversidade étnica e cultural existente no planeta, instigaram reflexões e discussões acerca da quebra de barreiras geográficas, das relações entre os povos, da educação para conscientização da nossa condição humana e planetária e da necessidade de preservação do meio ambiente como exigência para sobrevivência da espécie. Todas essas questões ao serem levadas para o cotidiano educacional impulsionaram o repensar de Teorias Pedagógicas, Curriculares e da própria História gerando a ampliação das fronteiras disciplinares, a formulação de novos problemas, a criação de novos objetos, fazendo vislumbrarmos com novos olhares outros horizontes, tornando a sala de aula foco de reflexões e tentativas individuais e coletivas de mudanças.

Neste contexto, consideramos a escola um lugar para onde convergem sonhos, desejos e experiências; um espaço de encontro, de enraizamento que aglutina condições de trabalhar por uma melhor qualidade de vida para a maioria das pessoas, sem negligenciarmos a compreensão das complexas relações travadas no seu interior.

Ao nos aproximarmos do cotidiano escolar, evidenciamos que as práticas pedagógicas e em particular, aquelas referentes à disciplina História, constituem um processo complexo e contraditório, caracterizado por idas e vindas; avanços e recuos; que busca inovar-se, colocando-se insistentemente contrário às representações cristalizadas no social, que apenas o vêem de forma estática, fechada, com mudanças pouco significativas, porque em determinado tempo e lugar tinha sido destinado a reproduzir sua “comunidade de sentidos”: “decoreba”, questionário, repetição e esquecimento.

Como agente fundamental desse processo está o professor, por ser ele quem monta e remonta todos os dias o quebra-cabeças do ato educativo; que imbuído de jeito, gestos e sentidos forma um determinado "estilo" de ensinar; e que também faz opções, inclui e exclui, produz e reproduz, orienta e conduz as exigências, as prescrições e as necessidades da e para a formação escolar de novas e futuras gerações.

Trabalhamos pois, na perspectiva da centralidade da figura do professor no processo educativo, porque "precisamos repor os mestres no lugar de destaque que lhes cabe (...) trazê-los ao centro do movimento de renovação educativa e contribuir para a desconstrução de um imaginário social que os secundariza" (Arroyo, 2000:10).

Assim, visto como uma pessoa, um sujeito inserido em determinado contexto sociocultural, com atribuições específicas mas diretamente relacionadas às condições históricas que impõem exigências e ditam limites às suas ações, o professor passa a ser considerado produtor do conhecimento com o qual trabalha, criando e recriando significados que interferem das mais variadas formas na formação dos jovens.

Nesse sentido, compreendemos a docência para além dos métodos de ensino, da elaboração de bons planejamentos de aulas, do manuseio adequado de recursos didáticos e do tipo de função que qualquer um poderia executar, o que demonstra a superação da visão que entende o trabalho do professor como exclusivo transmissor de conhecimento historicamente construídos e acumulados pela humanidade.

Consolidando uma nova perspectiva do ser professor, a Anfope (apud Fonseca, 1997:22) afirma que professor-educador é aquele que

(...) tem a docência como base de sua identidade profissional; domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, numa perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais em que o processo educacional ocorre; é capaz de atuar como agente de transformação da realidade na qual se insere.

Por outro lado, é inegável a crise da profissão professor, que se situa "(...) num processo histórico em que as mudanças sociais transformaram profundamente o seu trabalho, a sua imagem social e o valor que a sociedade atribui à própria educação" (Esteve, 1995:95), levando à necessidade de reflexão, debates e decisões em âmbito acadêmico, organizacional e político-administrativo, convidando à reconstrução da identidade docente.

Diante dessa realidade, procuramos refletir acerca do interior do trabalho pedagógico, buscando a internalidade das salas de aula a partir do que pensa o professor a respeito do seu fazer

pedagógico, por expressar diferentes maneiras de ser, de ensinar e de perceber as mudanças e as conservações na prática do ensino de História.

Nessa perspectiva, a escola não é mais apenas o lugar de reprodução de idéias e saberes, nem o professor o instrumento legítimo de transmissão dessa reprodução e tampouco o conhecimento histórico o conto de fatos e feitos heróicos das Nações. Olhamos a escola como o lugar e os professores como os agentes efetivos das mudanças nas práticas escolares.

Assim, desenvolvemos o trabalho sobre três eixos: a) pesquisa bibliográfica acerca da História e Teoria do Currículo, da História das Disciplinas Escolares e da História como disciplina escolar; b) análise documental composta pela proposta pedagógica da coleção Professor Carlos Maciel, da Secretaria Estadual de Educação, implantada em 1992; c) pesquisa de campo formada por 16 professores de diferentes escolas dos ensinos fundamental e médio localizadas na cidade do Recife e sua região Metropolitana.

O principal critério de escolha dos componentes do grupo foi o tempo de trabalho na rede pública, que teve como marco o ano de 1992, por ter iniciado nesse momento o processo de implementação de uma nova proposta pedagógica para nortear a prática do ensino de todas as disciplinas da grade curricular. No caso de História, essa proposta era considerada como inovadora e teria o papel de incitar as mudanças necessárias e exigidas pelo contexto social e político, com vistas a superar o ensino tradicional, factual e heróico no cotidiano das aulas de História.

Formamos então dois grupos: o primeiro com professores que tivessem 10 anos ou mais de ensino na rede pública estadual e o segundo, com professores atuantes há menos de 10 anos.

Para nós, o critério temporal (*tempo de trabalho no magistério na rede pública estadual*) foi importante pelo fato de tentarmos apreender diferentes experiências e posturas diante da profissão, determinadas em grande medida pela maturidade, pela formação, pelas perspectivas futuras, pela inserção em diferentes contextos históricos, enfim, pela articulação entre “ações profissionais” e modos de ser e viver, possibilitando uma multiplicidade de informações fundamentais para compreensão da complexidade do processo ensino-aprendizagem, nesse caso na área de História.

Após a definição dos dois grupos através de contatos iniciais e do interesse e disponibilidades dos participantes, optamos pela realização de entrevistas, na modalidade semi-estruturada, como instrumento da pesquisa de campo, que foram analisadas por meio da técnica da Análise de Conteúdo à luz da literatura consultada.

Essas entrevistas foram consideradas mais como longas "conversas" entre pesquisadora e colaboradores, devido ao espaço dado aos aspectos pessoais, à formação acadêmica e às experiências profissionais, especificamente quando ingressos na rede estadual de ensino.

Essa opção metodológica nos possibilitou a construção de um breve perfil socioprofissional de cada grupo, o que contribuiu para reconhecermos as influências que sofre o desenvolvimento

profissional de uma pessoa, causado pelos diferentes contextos sociais, formação, opções, estágios de carreira e contingências diversas, que podem afetar concepções e práticas.

As idéias, as afirmações, as muitas dúvidas e contradições apresentadas pelos dois grupos de professores mostraram-se como regularidades nos diferentes contextos escolares onde estes atuavam.

No primeiro grupo de professores, identificamos que o exercício da função docente se dá com responsabilidade, no sentido do cumprimento das obrigações e que oscila entre a conformação, a estabilidade e a resistência. Em diversos momentos, os professores demonstraram que a busca constante de superação dos esgotamentos tem esbarrado nos próprios limites das ações individuais ou de pouco alcance coletivo, gerando cansaços e descréditos nas possibilidades de transformações de amplo alcance que melhorem a qualidade da educação e conseqüentemente, a auto-estima dos seus profissionais.

Esse sentimento não é muito diferente do que evidenciamos nos professores do segundo grupo, pois, apesar do pouco tempo de trabalho no magistério, os ressentimentos se dão em proporções semelhantes, com um tom de menor conformação e mais de revolta.

Em meio aos problemas éticos e ao exacerbamento do individualismo experienciados atualmente, esses professores se movimentam num terreno cultivado pelo ceticismo e pela desconfiança em relação à necessidade da sua existência como profissionais. Esses sentimentos são corroborados ao desfazer-se “o consenso social sobre os objetivos das instituições escolares e sobre os valores que devem fomentar”(Esteve, 1995:101).

Consideramos, portanto, que as representações desses professores quanto às dimensões da realidade social que afetam a profissão docente no contexto atual, ora justificam suas práticas isoladas pelos muros das escolas, ora engendram lutas e posicionamentos socioprofissionais que buscam uma identidade social.

No plano da prática pedagógica, as contradições observadas referem-se à seleção e à organização dos conteúdos e dos métodos de trabalho, bem como à própria compreensão do que venha a ser uma proposta curricular.

As representações em torno do currículo o constitui como elemento necessário à educação escolarizada, devendo ter o respaldo da Universidade e apresentar-se de forma bem estruturada quanto à organização dos conteúdos e às sugestões dos procedimentos didáticos, ratificando a força da tradição escolar. Por outro lado, o currículo deve ser amplo e flexível para permitir ao professor fazer suas modificações, auxiliando-o na organização da sua prática pedagógica.

Os professores dos dois grupos, em sua maioria, relacionam-se com a proposta pedagógica como sendo algo necessário à organização do ensino, que norteia e dá clareza ao que deverá, grosso modo, acontecer nas salas de aula. Mas, por outro lado, não abrem mão da liberdade de selecionar

aquilo que entendem como importante para ser ensinado, nem da forma como será realizado esse trabalho, mesmo que os critérios estabelecidos para tal não sejam muito claros, tendo em vista a segurança depositada nos programas existentes nos livros didáticos que são utilizados.

Na relação estabelecida entre as prescrições/normas educacionais e o que acontece no dia-a-dia das escolas, reconhece-se que o cotidiano escolar representado está envolto em práticas orientadas por motivações superiores de preocupação quanto ao coletivo pelo fato de se trabalhar com “formação de pessoas”, mas que por outro lado, não se desliga dos elementos particulares inerentes às opções de cada sujeito.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os professores se posicionam a respeito da aceitação, rejeição ou adaptação da proposta pedagógica que os orienta do ponto de vista de grupo, ao reclamarem a necessidade da sua divulgação e discussão mais ampla nas escolas e nos encontros de capacitação promovidos pelas Diretorias de Ensino, reforçam o caráter de particularidade existente nas salas de aula, quando se referem ao isolamento de alguns profissionais, a construção de critérios de inclusão e exclusão dos conteúdos de ensino, à falta de tempo e condições de melhor articulação dentro das escolas. Sendo assim, as práticas escolares realizadas num cotidiano heterogêneo e hierarquizado apresentam o professor, ao mesmo tempo, como indivíduo particular e como ser genérico.

Especificamente quanto à proposta pedagógica implantada nas escolas nos anos de 1992 e 1993, identificamos que os professores não a reconhecem como elemento de mudança em si, visto que no cotidiano escolar suas proposições foram secundarizadas diante do planejamento realizado para as aulas mediado pelo livro didático.

Em alguns momentos, a proposta pedagógica é considerada pelos professores como um documento que apenas mudou a nomenclatura quando da divisão dos conteúdos de ensino e incluiu alguns meios tecnológicos mais modernos como recursos didáticos, fatos que, ao nosso ver, contribuiram para a sua não efetivação enquanto elemento gerador de mudanças na perspectiva teórica do conhecimento histórico trabalhado no cotidiano escolar.

Entretanto, apesar de nas aulas de História das escolas dos ensinos fundamental e médio, essa proposta não ter atingido o seu objetivo maior, qual seja, superar o ensino tradicional da História, devido principalmente à forma centralizada como foi concluída, apresentada e implantada nas escolas, ela é representada como um elemento de inquietação por instigar críticas e debates e apontar os limites das práticas pedagógicas vivenciadas até então nas escolas.

Também reconhecemos como contribuição dessa proposta pedagógica as atitudes dos grupos de professores das diversas DERES¹ que estabeleceram possibilidades de troca de experiências, de reflexão sobre a prática e, inclusive, de organização da categoria para se discutirem problemas comuns, que mesmo sendo discutidos especificamente por professores de História, não eram exclusivos deles.

A partir da cotidianidade dos professores entrevistados, reconhecemos suas representações acerca da constituição do cotidiano escolar, especialmente quanto ao significado de ser professor de História e desenvolver uma atividade profissional com função específica e também constituída de relevância social, pois, para eles: a) ser professor de História é ser um educador, que possui responsabilidades para com o conhecimento histórico e a formação dos jovens cidadãos que enfrentarão as exigências de uma sociedade futura, sempre em projeção; b) dar uma “boa” aula de História é ter o domínio do conteúdo, sem desprezar as expectativas dos alunos quanto ao que será aprendido, tornando-a menos cansativa com o uso de novos recursos didáticos e técnicas de ensino diversificadas; c) alcançar o reconhecimento do trabalho realizado é atingir uma aprendizagem adequada, num clima de companheirismo entre professor e aluno, em que a relação menos autoritária não signifique falta de seriedade e comprometimento de ambos; d) trabalhar com compromisso é estar atento às imposições externas, às inovações propostas, à busca constante de atualização, sem, no entanto, deixar de questionar as condições existentes para transformar o ideal em realidade; e) ter uma atitude de autonomia profissional é encarar as mudanças curriculares como possibilidades de enfrentamento das deficiências do sistema educacional, tendo a clareza de que não será como “um passe de mágica”, porque a mudança assusta, inquieta, traz insegurança e em muitos gera resistência.

Assim, ressaltamos a importância da apreensão do cotidiano para compreendermos as relações de poder instituídas na sociedade, as hierarquizações e as manipulações engendradas, bem como aquelas sofridas pelos diferentes grupos. A partir das práticas do cotidiano escolar, nascem as representações que formulam uma identidade docente e estabelecem posicionamentos diante de si e da sociedade, as quais vão além do particular e refletem nas próprias práticas.

No que diz respeito às mudanças no ensino de História, os professores dos dois grupos não divergiram muito quanto às questões apontadas, e, em sua maioria, consideram que houve mudanças no ensino de História, nos últimos dez anos. Todavia, possuem representações flutuantes

¹ Diretoria Executiva Regional de Educação – são as microrregiões administrativas que compõem a Secretaria de Educação de Pernambuco, responsáveis pelas escolas públicas a elas jurisdicionadas, ainda que localizadas em diferentes municípios.

sobre a valoração dessa mudança e reportam-se à diversidade das variantes sociais que justificam sua maior ou menor efetivação no cotidiano escolar.

É importante observamos a necessidade de desmistificação da imagem cristalizada no social quanto aos professores de maior tempo de atuação no magistério público – apatia, descrédito, conformismo e descomprometimento – tendo em vista que essa característica não se apresentou como determinante de posicionamentos de maior ou menor resistência diante das mudanças, nem tampouco de maior ou menor comprometimento com a função desempenhada e suas perspectivas futuras.

Dessa forma, consideramos que os dois grupos de professores, enfatizando ora um aspecto ora outro, indicam como mudança: a) a compreensão da História como disciplina importante da grade curricular, que começa a ser internalizada por professores e alunos, o que resulta em posturas diferentes diante do conhecimento histórico; b) a ampliação e divulgação das pesquisas historiográficas, conhecidas seja na Universidade, seja nos encontros de capacitação ou por meio dos novos livros didáticos, instigam uma parcela dos professores a novas leituras e trocas de experiências; c) a construção de propostas de ensino com a participação efetiva dos professores, que orientem a organização escolar e insiram no ensino fundamental e médio as transformações citadas, permitindo a sua reconstrução dentro das diferentes realidades escolares; d) as inovações pedagógicas trazidas pelas Teorias da Aprendizagem, por recursos didáticos e tecnológicos e pelas novas relações estabelecidas entre professores e alunos na sala de aula; e) a troca de experiências, explícitas ou não, aceitas ou negadas, entre as diferentes gerações de professores que se cruzam nas escolas, apresenta-se como sadia e promissora para alguns, como também pode ser inquietante e gerar instabilidade em outros.

Assim, entendemos que as mudanças apontadas foram resultados inevitáveis das mudanças socioculturais, que mesmo de forma parcial e lentamente atingem a internalidade das escolas e de suas salas de aula, estabelecendo um movimento contínuo e contraditório, constituído de idas e vindas, de lutas e de construção de práticas educativas inovadoras que atendam às novas exigências da sociedade, alcançando respostas qualitativa e quantitativamente mais significativas.

Nesse sentido, para que as mudanças sejam percebidas e as inovações percam o caráter de ações assistemáticas, realizadas individualmente, de forma isolada e que não consegue extrapolar os muros das escolas e/ou nem mesmo as paredes das salas de aula, precisamos como nos indica Arroyo (1999), lançar um olhar positivo sobre a escola básica e seus professores, para que possamos perceber as inovações que são tecidas no dia-a-dia das práticas pedagógicas e curriculares. Para isso faz-se necessário: reconhecermos a escola como lugar de práticas educativas, onde "há bastante diálogo entre os professores sobre os problemas que vivem e sobre as saídas que inventam"(p.152); destacarmos os professores como sujeitos das inovações, incentivando

o diálogo, o registro e a sistematização do seu pensamento pedagógico, das razões e dos valores que inspiram suas práticas; entendermos a ação educativa como ação humana, que ocorre na interação entre pessoas, com o objetivo de humanizar, sem no entanto, "marginalizar a teoria, o conhecimento, a técnica, a ciência, a razão, mas sim, vê-los também como humanos, colocando-os a serviço dos humanos" (p.160); e enfim, compreendermos que na construção curricular "há uma tensão entre uma cultura da escola, reduzida ao que ensinar e aprender, e uma percepção dos mestres de que a função da escola é mais plural" (p. 162).

Assim, reconhecemos que os dois grupos de professores entrevistados, diferenciados pelo tempo de atuação no magistério público, apresentam conflitos, resistências, como também desejos e ações de inovação experienciados individual e coletivamente no contexto escolar. E, que no exercício da docência, as contradições e particularidades se multiplicam e se complexificam ao interagirem com a estrutura do sistema educacional – tempos, espaços, avaliação, condições de trabalho, burocracias – sobretudo, porque ensinar é levar em consideração variáveis sociais, políticas, econômicas e culturais que interagem com questões intrínsecas ao cotidiano escolar, constituindo o processo de formação humana de milhares de professores e alunos em nossas escolas.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. *Ofício De Mestre: Imagens e auto-imagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Experiências de Inovação Educativa: O Currículo na Prática da Escola. In: MOREIRA, Antônio FlávioB. (org.). *Currículo: Políticas e Práticas*. Campinas-SP: Papirus, 1999.

ESTEVE, José M. Mudanças Sociais e Funções Docente. In: NÓVOA, António (org.). *Profissão Professor*. 2^a ed. Porto: Porto Editora, 1995.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser Professor no Brasil: História oral de vida*. São Paulo: Papirus, 1997.

LIMA, Marta M. de Andrade. *O Ensino de História e as Histórias do Ensinar: currículo e prática pedagógica nas representações dos professores*. Recife, 2002. (Dissertação de Mestrado)